

ORGANIZADORES:

Renata Egert

ANAIS

IX SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



**IX SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA:
DIREITO E CIDADANIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

ANAIS DE RESUMOS



**Universidade Regional Integrada do Alto
Uruguai e das Missões**

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Neusa Maria John Scheid

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Michele Noal Beltrão

Diretor Acadêmico

Claiton Ruviaro

Diretora Administrativa

Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

Diretora Acadêmica

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Luiz Valentim Zorzo



**Anais do IX Seminário de Monografia Jurídica:
Direito e Cidadania na Sociedade
Contemporânea**

28 de novembro a 04 de dezembro de 2018 –
diurno

03 a 06 de dezembro de 2018 - noturno
Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Campus de Frederico Westphalen
Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Direito

Renata Egert

Daniel Pulcherio Feinsteiseifer

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Alejandro Cesar Rayo Werlang

Aline Ferrari Caeran

André Rodrigues

Antonio Luiz Pinheiro

César Luís Pinheiro

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Fensterseifer

Gustavo Buzatto

Jan Carlos Novakowski

Jean Mauro Menuzzi

Maurício Zandoná

Oliverio De Vargas Rosado

Otacílio Vanzin

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

Patrícia Luzia Stieven

Renata Egert

Sérgio Manoel Vieira

Silvana Colombo

Tarcisio Vendruscolo

Thiago Luiz Rigon De Araujo

Tiago Galli

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Renata Egert

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE DIREITO**

**IX SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA:
DIREITO E CIDADANIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
ANAIS DE RESUMOS**

Organizadora
Renata Egert



Frederico Westphalen
2019



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Renata Egert

Revisão Metodológica: Julia Dammann

Revisão Linguística: Responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Capa/Arte: Philipe Gustavo Portela Pires

Diagramação: Julia Dammann

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

| | |
|-------|--|
| S471a | Seminário de monografia jurídica (9. : 2019 : Frederico Westphalen, RS) Anais de resumos do IX seminário de monografia jurídica / Organização Renata Egert. - Frederico Westphalen : URI, 2019. 53 p. ISBN: 978-85-7796-256-3 1. Direito. 2. Cidadania. 3. Sociedade contemporânea. I. Egert, Renata. II. Título. CDU 34 |
|-------|--|

Catálogo na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 10
Campus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO IX SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA | 10 |
| RESUMOS SIMPLES | 11 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL FUTURO | 12 |
| <i>Patrícia Pereira</i> | |
| DIREITO DO CONSUMIDOR NO MERCOSUL: A PROTEÇÃO JURÍDICA E A BUSCA PELA HARMONIZAÇÃO | 14 |
| <i>Vinícius Henrique Marion; César Luís Pinheiro</i> | |
| O DANO MORAL NO ACIDENTE DE TRABALHO | 15 |
| <i>Andrei Santo Caeran</i> | |
| A POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POR PARTE DO FILHO ADOTIVO | 16 |
| <i>Nadine Testa; Otacílio Vanzin</i> | |
| DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS Á BIODIVERSIDADE: UM ESTUDO AOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SUI GENERIS | 17 |
| <i>Flávio Fagundes</i> | |
| DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO FATO DO PRÍNCIPE COMO MECANISMO REGULADOR | 18 |
| <i>Thyedro Dias da Silva; Jan Carlos Novakowski</i> | |
| A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO: REGIME PATRIMONIAL DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL | 19 |
| <i>Ana Andréia da Silva; Jan Carlos Novakowski</i> | |
| ALTERNATIVAS PARA PROMOVER DIMINUIÇÃO DOS PROBLEMAS GERADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS EM NOSSO PAÍS | 20 |
| <i>Jardel Berta; Jean Mauro Menuzzi</i> | |
| DELAÇÃO PREMIADA: ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO FRENTE AO AUMENTO DA SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL | 21 |
| <i>Luana Zemiani Vieira; Daniel Pulcherio Fensterseifer</i> | |

| | |
|--|-----------|
| ASPECTOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA APLICADOS À ADOÇÃO EM SITUAÇÕES DE DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA | 22 |
| <i>Ludmila Miralha Canto Cezar</i> | |
| A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA SEARA CONSUMERISTA | 23 |
| <i>Mathusalém Francisco Rizzi; Renata Egert</i> | |
| A FLEXIBILIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA..... | 24 |
| <i>Adriana Pereira; Maurício Zandoná</i> | |
| O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL E O USO DOS AGROTÓXICOS DE MODO SUSTENTÁVEL | 25 |
| <i>Leticia Tres Dal’Puppo; Thiago Luiz Rigon de Araujo</i> | |
| A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA SEARA DO DIREITO DO CONSUMIDOR FRENTE AS NOVIDADES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 26 |
| <i>Marília Kuwiatosz; Renata Egert</i> | |
| A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA CREDIBILIDADE DESTES MEIOS PROBATÓRIOS COM VISTAS À SUA SUBJETIVIDADE..... | 27 |
| <i>Fernanda de Oliveira do Amaral; Tiago Galli</i> | |
| DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, O SISTEMA POLÍTICO NACIONAL E A NECESSIDADE DE SUA ADEQUAÇÃO VISANDO ÀS MUDANÇAS DO MODELO ADMINISTRATIVO ATUAL E A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO | 28 |
| <i>Eugenio Beloto Medeiros</i> | |
| A EFICÁCIA DA DELAÇÃO PREMIADA NO DIREITO BRASILEIRO | 29 |
| <i>Vítor Nied Janner; Alejandro César Rayo Werlang</i> | |
| A (IN) POSSIBILIDADE DE A CONFISSÃO SER CONSIDERADA O ÚNICO MEIO PROVA PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU NO PROCESSO PENAL | 30 |
| <i>Iuri Bedin; Silvana Raquel Brendler Colombo</i> | |
| A POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ | 31 |
| <i>Ricardo Pizzinatto Borcioni</i> | |
| EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DISPOSTAS NA LEI MARIA DA PENHA..... | 32 |
| <i>Krisllen Borba Stona; Daniel Pulcherio Fensterseifer</i> | |

| | |
|--|-----------|
| O ACESSO À JUSTIÇA E A SUA (IN) EFETIVIDADE NA TUTELA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS | 33 |
| <i>Aline Vanin; Cesar Riboli</i> | |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SUA CORRELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS APLICADOS AO DIREITO AMBIENTAL | 34 |
| <i>Daniela Maria de Souza; Renata Egert</i> | |
| A VALIDADE DOS REGIMES DE COMPENSAÇÃO DE HORAS NA RELAÇÃO DE EMPREGO A TEOR DA JURISPRUDÊNCIA..... | 36 |
| <i>Claudiana Pacheco de Christo; André Rodrigues</i> | |
| SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO..... | 38 |
| <i>Flavio Marcos Liscoski; Aline Ferrari Caeran</i> | |
| ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A DIMENSÃO DA CRIAÇÃO LEGISLATIVA..... | 39 |
| <i>Roberto Ballin Faotto; Gustavo Buzatto</i> | |
| PROJETO INTEGRADO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PERFIL DO ACUSADO DE AGRESSÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER..... | 40 |
| <i>Fernanda Cigainski Lisbinski; Pablo Henrique Caovilla Kuhnen</i> | |
| DANO MORAL: ABANDONO AFETIVO INVERSO | 42 |
| <i>Jessica Luana de Lima Goulart; Patricia Luzia Stieven</i> | |
| RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS..... | 43 |
| <i>Elio Luiz Duarte Pacheco; Sergio Manoel Vieira</i> | |
| VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DA RENÚNCIA POR PARTE DA VÍTIMA QUANTO A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL | 44 |
| <i>Marieli Dalla Lana; Pablo Henrique Coavilla Kuhnen</i> | |
| UM ESTUDO SOBRE O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NACIONAL E TRANSNACIONAL À LUZ DA LEI Nº 12.850/2013 | 45 |
| <i>Guilherme Antônio de Oliveira; Tiago Galli</i> | |
| VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DA RENÚNCIA POR PARTE DA VÍTIMA QUANTO A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL | 46 |
| <i>Marieli Dalla Lana; Pablo Henrique Coavilla Kuhnen</i> | |

| | |
|--|-----------|
| A DUPLA PATERNIDADE PARA FINS DE REGISTRO CIVIL..... | 47 |
| <i>Luciana Girardello; Maurício Zandoná</i> | |
| PSICOPATIA E IMPUTABILIDADE PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO | 48 |
| <i>Rozemeri Santos Barbosa; Jean Mauro Menuzzi</i> | |
| A FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES E A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA | 49 |
| <i>Joseane Lesczinski Parcianello.; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes</i> | |
| DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOAVEL DURAÇÃO DO PROCESSO: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO SEU DESCUMPRIMENTO..... | 50 |
| <i>Jean Carlos Barbieri; Pablo Henrique Caovilla Kuhn</i> | |
| ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A DIMENSÃO DA CRIAÇÃO LEGISLATIVA | 51 |
| <i>Roberto Ballin Faotto; Gustavo Buzatto</i> | |
| O CONFLITO ENTRE O DIREITO À VIDA DO NASCITURO E A LIBERDADE DA MULHER EM DISPOR SOBRE O PRÓPRIO CORPO | 52 |
| <i>Emilhana Acadroli; Patricia Luzia Stieven</i> | |

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO IX SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

Esta publicação apresenta os resumos aprovados e apresentados no IX Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea, a edição dos Anais leva ao leitor (a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os subeixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo, nos trabalhos de conclusão do Curso de Direito no primeiro semestre de 2018.

A pesquisa visa a produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico a pesquisa como “busca da verdade” foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias.

Assim o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão.

A pesquisa realizada através do trabalho monográfico compreende a produção de texto relacionado com o conteúdo jurídico, utilizando-se da metodologia científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Esta proporciona um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, e ainda oportuniza um espaço para que o bacharelado possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada e propiciando observações e análises de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico a pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional, e isto se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos destes trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

Renata Egert

RESUMOS SIMPLES

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL FUTURO

Patrícia Pereira¹

O presente trabalho monográfico tem por temática abordar a responsabilidade civil do dano ambiental futuro dentro do contexto de que a partir da Teoria do Risco Abstrato, como mecanismo para a imputação da responsabilidade civil ambiental, o Direito passa a decidir em situações que levem em consideração o futuro no sentido de prevenção e gerenciamento dos riscos. O problema jurídico da pesquisa questionou se de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, a teoria do risco abstrato pode ser utilizada como fundamento da responsabilização civil ambiental no direito brasileiro. A pesquisa mostra-se socialmente relevante, trazendo à baila uma crise do sistema clássico de responsabilidade civil que não responsabiliza os danos ambientais futuros, exigindo uma efetiva ocorrência do dano (concreto) para impor obrigação de reparação. Assim, no presente trabalho foi feito uma análise da evolução da estrutura da Sociedade, sendo o Direito um fenômeno social, portanto, histórico, capaz de demonstrar novas necessidades ao instituto da responsabilidade social. O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro capítulo tratado sobre os aspectos conceituais do dano ambiental, uma breve análise acerca do conceito e características dos danos ao meio ambiente, assim como as formas de reparação do dano ambiental. No segundo capítulo foi abordado sobre a responsabilidade civil no direito brasileiro, como um dos institutos mais antigos, abordando seu conceito, princípios, elementos, as teorias que a fundamentam e suas causas excludentes. Desta forma, o segundo capítulo trata sobre a definição de responsabilidade civil de forma detalhada. O terceiro capítulo expõe sobre o dano ambiental futuro e a responsabilidade civil, seu caminho percorrido desde a Sociedade Industrial até a Sociedade de Risco, trazendo a necessidade de estabelecer mecanismos jurídicos que auxiliem na administração dos riscos, também a caracterização do dano ambiental futuro, suas espécies, o respaldo constitucional, a teoria que o fundamenta e os precedentes jurisprudenciais. O método de abordagem é o dedutivo e a técnica de pesquisa é a bibliográfica, obtida através da leitura e a interpretação doutrinária acerca do tema escolhido. É sabido que a natureza possui uma visão antropocêntrica moderada, ante isso, a Constituição Federal Brasileira definiu o meio ambiente como direito fundamental por ele ser um bem de uso comum e interesse de todos. A responsabilidade civil, por sua vez, possui um importante papel como instituto jurídico, de investigar, avaliar e gerenciar os riscos, partindo do entendimento de dano com consequências futuras e obrigações de fazer e não fazer. A nova problemática da Sociedade Pós-Industrial demonstra-se ineficaz e insuficiente para o tratamento tradicional no direito, dependendo de formação de uma nova Teoria de Risco assimilada em investigação, avaliação e gestão para solução daqueles problemas que não possam esperar a ocorrência devido ao seu potencial irreversível. Salienta-se que uma primeira verificação deve ser feita da transição de uma Teoria do Risco Concreto para Teoria do Risco Abstrato. Tendo em vista que o

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

direito ambiental é uma área que enseja uma nova maneira de pensar em virtude das necessidades e acontecimentos da Sociedade, impõe-se a elaboração de uma nova cultura jurídica acerca da responsabilidade civil por danos ambientais futuros. Portanto, o surgimento de riscos mais complexos exige, conseqüentemente, maior complexidade e abstração do direito na tomada de decisões, a formação de uma Teoria do risco que tenha por escopo observações e vínculos com o futuro (Teoria do Risco Abstrato) é a condição de possibilidade para a tutela das futuras gerações, sendo fundamento para a responsabilização civil por dano ambiental futuro.

Palavras-chave: Sociedade de risco. Dano Ambiental Futuro. Responsabilidade Civil. Teoria do Risco Abstrato.

DIREITO DO CONSUMIDOR NO MERCOSUL: A PROTEÇÃO JURÍDICA E A BUSCA PELA HARMONIZAÇÃO

Vinícius Henrique Marion¹

César Luís Pinheiro²

O referido trabalho acadêmico aborda a importância do Direito do Consumidor no âmbito do MERCOSUL, bem como a importantíssima busca pela harmonização da legislação de proteção do consumidor nos países-membros como um método de unificar e integrar os Estados, garantindo segurança jurídica nas relações de consumo para todos os cidadãos. O estudo foi realizado a partir do contexto histórico dos países que compõem o bloco, do seu surgimento até os dias atuais, explicitando a importância de cada um para a evolução constante do Direito do Consumidor e a proteção ao consumidor nas relações de consumo. Foi além disso, o liamento histórico internacionalmente do Direito do Consumidor, bem como do MERCOSUL amplamente. As análises das legislações que protegem o consumidor foram dos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, haja vista ter sido aprofundado mais na questão das cláusulas abusivas, do contrato de adesão e da publicidade enganosa. A contextualização do Tratado de Assunção, o qual instituiu o chamado Mercado Comum do Sul. Análise e pesquisa da busca dos Estados Partes pela harmonização do Direito do Consumidor no MERCOSUL, partindo de uma perspectiva positiva por meio do Comitê Técnico nº 7, relacionando com o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Santa Maria. E, ainda, um breve direito comparado em relação ao protecionismo nos países-membros do bloco, com ênfase na aplicação de propostas concretas e de comum acordo para haver a harmonização do Mercado Comum do Sul. Nesse sentido, utilizou-se de uma metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Trazendo como resultado a mostragem da proteção jurídica aos consumidores, bem como da tentativa de uma unificação harmônica entre os Estados Partes no sentido do Direito do Consumidor.

Palavras-chave: MERCOSUL. Argentina. Brasil. Paraguai. Uruguai.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

O DANO MORAL NO ACIDENTE DE TRABALHO

Andrei Santo Caeran¹

O presente trabalho analisou se o acidente de trabalho gera o direito a indenização por danos morais. Adotou-se o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e o método de pesquisa indireta – bibliográfica, sendo analisadas a doutrina, a legislação e a jurisprudência para resolver o problema de pesquisa. No primeiro capítulo foram analisadas as definições e espécies de acidente de trabalho típico e a doença ocupacional que se divide em doença profissional e doença do trabalho, assim como os acidentes de trabalho por equiparação. Foi analisado ainda a obrigação do empregador em caso de acidente de trabalho expedir a Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT) e, por fim, a possibilidade de estabilidade ou garantia de emprego do empregado que sofreu acidente de trabalho. Já no segundo capítulo foram estudadas as obrigações legais a serem seguidas pelo empregado e pelo empregador quanto às normas de segurança e medicina do trabalho previstas na CLT. Ainda, foram analisadas algumas Normas Regulamentadoras que tem aplicação e relevância ao tema estudado. Foram estudadas também as formas de responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador no acidente de trabalho, analisando-se quando é necessário a comprovação de culpa pelo acidente. Por fim foi verificada qual é a justiça competente para julgar as ações de responsabilidade civil pelo acidente de trabalho, como é o caso de danos morais. O terceiro capítulo analisou os objetivos específicos do presente estudo, analisando o conceito e definição de dano moral, o dano moral no acidente de trabalho de forma específica e ainda em ricochete, que é àquele buscado pelas pessoas próximas da vítima do acidente de trabalho. Ainda, foi analisado quem tem legitimidade para cobrar o dano moral em casos de acidente de trabalho, e a possibilidade de cumulação do dano moral com outros danos indenizáveis, como dano material. Também foi verificado que não é necessário provar o dano moral em casos de acidente de trabalho. Além disso, tendo em vista a reforma trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, foi abordado o que a nova legislação trouxe de previsão legal sobre o dano moral. Por fim, foram analisadas algumas jurisprudências do Tribunal Regional da 4ª Região acerca da indenização por danos morais no acidente de trabalho, sendo verificado que na análise dos casos concretos foram analisados e observados os elementos estudados no presente trabalho em relação ao dano moral no acidente de trabalho, como a configuração do acidente de trabalho, a responsabilidade do empregador, a presença do dano, do nexo causal e da culpa do empregador, a legitimidade para postular os danos morais, a possibilidade da cumulação dos danos morais com outros danos como os materiais, a dispensa da exigência de prova do dano moral além de, ao fixar o valor da condenação, levarem em consideração o caráter ressarcitório, punitivo e educativo da indenização.

Palavras-chave: Acidente de Trabalho. Dano Moral. Indenização.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

A POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE POR PARTE DO FILHO ADOTIVO

*Nadine Testa*¹

*Otacílio Vanzin*²

O presente trabalho busca identificar o direito do filho adotivo a buscar sua origem biológica, através da ação de investigação de paternidade. Busca, primeiramente analisar o instituto da adoção, sua evolução histórica e seu conceito, a fim de entender os motivos do adotado em ver reconhecido o direito ao conhecimento de sua ascendência genética, diante da dignidade da pessoa humana, princípio esse basilar de todo o ordenamento jurídico. O direito a investigação de paternidade está ligado principalmente para fins medicinais, visto que, pesquisas recentes apontam a necessidade de cada indivíduo saber a história de saúde dos seus parentes biológicos, a fim de preservar a própria vida, bem como, somente assim, o adotado tem também a possibilidade de descobrir doenças patológicas, em casos de vida ou morte quando o único doador precisa ser compatível e até mesmo para evitar casamento com irmãos ou parentes. O direito do adotado em relação a sua origem biológica é essencial para a efetivação da sua história como pessoa e para o desenvolvimento pleno, e ainda para a proteção da sua integridade psíquica. A investigação de Paternidade se tornou muito mais rápida e fácil com toda a tecnologia, mas nem sempre buscar a sua verdadeira origem é a melhor opção a verdade meche com os sentimentos mais profundos do adotado com o da família a qual o adotou, mas esta busca pela verdade real é fundamental e deve ser apoiada pela família, todos tem o direito de conhecer suas origens e a historia que lhes antecede esse é um direito garantido, seja para simplesmente acabar com a curiosidade ou para evitar doenças hereditárias. Saber a origem faz com que o ser humano sinta-se completo consiga saciar a curiosidade e é fundamental na formação da personalidade de cada um. O filho adotado poder ingressar com uma investigação de paternidade apesar da adoção ter rompido totalmente os vínculos com a família biológica, o ser humano ter o direito de saber suas origens.

Palavras-chave: Adoção. Investigação de Paternidade. Dignidade da pessoa humana.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS Á BIODIVERSIDADE: UM ESTUDO AOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SUI GENERIS

Flávio Fagundes¹

O presente estudo analisa primeiramente, o processo de globalização e a relação com a revolução biotecnológica do século XX, sua consequente busca pelo material genético da biodiversidade de ecossistemas, que vem sendo usurpado por meio de patentes sobre produtos obtidos a partir do patrimônio genético e cultural, sem a devida repartição de benefícios com os países do Sul. Dessa forma, analisar a questão jurídica atual no que tange a Convenção Sobre Diversidade Biológica, o questionamento acerca do acesso ao patrimônio genético das comunidades locais como indígenas e quilombolas, camponesas, ribeirinhas tais como outras, representam uma imensa diversidade cultural da humanidade, seus conhecimentos consistem em saberes e técnicas transmitidas de gerações para gerações, fontes de patrimônio cultural imensurável. Com base nas ponderações acerca da proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, pretende-se salientar, de forma sucinta, as tentativas históricas da agenda internacional no que se refere á parâmetros de impugnação á apropriação e acesso irregular dos recursos naturais, a forma que a biopirataria tem movimentado o mercado de capital, bem como demonstrar a incompatibilidade do atual modelo neocolonialista de prospecção dos ecossistemas ricos em diversidade biológica. E por fim, cabe mostrar que o suporte necessário se dá através das demandas de cada país, a construção da lei com a participação dos grupos interessados, sustentando a justa e equitativa repartição dos benefícios oriundos dos conhecimentos tradicionais associados.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Acordo Preferencial de Comércio; Biodiversidade; Conhecimentos Tradicionais; Biopirataria.

¹ Acadêmico do curso de Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – campus Frederico Westphalen.

DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO FATO DO PRÍNCIPE COMO MECANISMO REGULADOR

Thyedro Dias da Silva¹

Jan Carlos Novakowski²

Trata-se de estudo acerca dos contratos administrativos, com enfoque na execução contratual de tais contratos. O tema limita-se aos efeitos dos atos gerais, realizados pela Administração Pública, que influenciam diretamente no contrato administrativo. Analisam-se quais os tipos de atos estatais que podem exercer algumas alterações, na execução contratual, impossibilitando seu cumprimento pelo particular. Em procura da elucidação desse questionamento, utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica em conjunto de decisões jurisprudenciais e administrativas. Verifica-se, em comparação ao mecanismo de revisão contratual, que a atuação estatal pode alterar o equilíbrio-econômico financeiro do contrato administrativo. Traça-se um paralelo entre as obrigações e direitos de cada uma das partes nos Contratos Administrativos, buscando lançar luz sobre o favorecimento da administração quando da firmação de tais contratos e quais as medidas assecuratórias ao particular. Por conseguinte, definido o conceito, analisou-se a aplicação jurisprudencial em relação ao tema, que demonstra uma dupla perspectiva quando do julgamento de ações que envolvam o Fato do Príncipe, eis que, quando alegado pelo particular, toma-se um entendimento restrito adicionando-se uma análise profunda da defesa do ente público e sua responsabilidade. Em contrapartida, a própria execução contratual é revista administrativamente tendo como base a Teoria da Imprevisão e o Fato do Príncipe sem uma defesa mais eloquente ao particular. Para tanto, apresenta-se a jurisprudência do STF quando da abordagem do tema, adicionando-se pareceres do Tribunal de Contas da União, nos quais fica evidente a posição superior da Administração sobre o particular.

Palavras-chave: Fato do Príncipe Contratos Administrativo. Teoria da Imprevisão.

¹ Acadêmico do X semestre do curso de Graduação de Direito da URI/FW.

² Graduado em Direito pela URI/FW. Pós-Graduação em nível de especialização em Direito Tributário (2007/2008), Pós-Graduação em nível de especialização em Direito Processual Civil (2009/2010 e 2015/2017), Mestrando em Educação pela URI/FW.

A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO: REGIME PATRIMONIAL DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL

*Ana Andréia da Silva*³

*Jan Carlos Novakowski*⁴

O presente trabalho identifica e conceitua os precedentes históricos, a origem e a evolução do casamento e da união estável e suas principais peculiaridades, bem como as espécies de família, regime de bens da união estável, qual a finalidade do casamento, fazendo uma análise mais aprofundada sobre os aspectos e características mais relevantes em relação às leis nº. 8.791/94 e 9.278/96. Tanto o casamento quanto a união estável, significam a ligação de vida entre duas pessoas, e dessa relação além de gerar efeitos pessoais, geram também efeitos patrimoniais. Fala-se sobre os bens comunicáveis e incommunicáveis de cada regime patrimonial e suas principais singularidades, bem como a responsabilidade dos cônjuges em relação às dívidas, sendo que a escolha do regime gerará diferentes consequências patrimoniais. A legislação atual necessitou estabelecer mudanças não somente na questão patrimonial, mas também na sucessão, pois anteriormente os companheiros não possuíam os mesmos direitos que os cônjuges, sendo necessária a adaptação ou a criação de novas leis para atender as demandas da nova realidade social na qual estamos inseridos, deixando qualquer preconceito de lado, pois a família moderna não se resume mais apenas ao casamento, sendo que desde os primórdios a família vem sofrendo grandes transformações onde se percebe que hoje a família não é mais aquela tradicional, ou seja, o homem e a mulher. Constituição Federal de 1988 veio a inovar o conceito de família em seu artigo 226, englobando uniões extrapatrimoniais, monoparentais, mudando completamente o conceito de família, antes imposto pela sociedade, defendendo a ideia de que esta encontra-se diariamente em transformação, sofrendo mudanças constantes, necessitando de um amparo maior. Além disso, vale ressaltar a importância de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, a fim de saber como funciona a partilha de bens no respectivo regime e qual a posição do legislador perante as demandas no que tange a partilha e sucessão, bem como os seus efeitos no caso concreto, visto que a escolha de um regime acarretará diferentes efeitos. Fala-se também sobre a possibilidade de mudança do regime de bens na Constância do casamento ou da união estável, o poder de escolha tanto do cônjuge quanto do companheiro e os efeitos patrimoniais em relação à sucessão no casamento e na união estável. Traz-se também os passos que os cônjuges ou companheiros devem seguir até o casamento ou a união estável, pois em nosso ordenamento jurídico existe uma série de normas que devem ser seguidas, inclusive com aqueles que são incapazes perante a lei bem como aqueles que ainda não completaram a idade núbil. Importante ressaltar a relevância do estudo em relação ao regime patrimonial de tais institutos, visto que a evolução em relação a estes será contínua, pois a família está em constante transformação, necessitando de proteção do Estado.

Palavras-chave: Casamento. União estável. Família. Transformação. Efeitos.

³ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Frederico Westphalen, RS.

⁴ Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen, RS.

ALTERNATIVAS PARA PROMOVER DIMINUIÇÃO DOS PROBLEMAS GERADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS EM NOSSO PAÍS

Jardel Berta¹

Jean Mauro Menuzzi²

Este estudo foi realizado para analisar o tráfico de drogas, mais especificamente as alternativas que possam ser usadas para diminuir os problemas gerados pelo tráfico de drogas em nosso país. Os objetivos consistem em: verificar o histórico do consumo das drogas e como é o tratamento jurídico dado em outros países para aos traficantes e usuários; analisar como a legislação brasileira regulamenta a forma que devem ser tratados os envolvidos com o tráfico e os consumidores de drogas; avaliar como a alteração do tipo penal, deixando o crime de tráfico quando praticado por pequenos traficantes, de ser punido com reclusão para receber pena de detenção influenciaria para diminuir a superlotação dos presídios e como o aumento da fiscalização nas fronteiras poderiam ajudar para se promover a diminuição da venda e consumo de drogas. A metodologia consiste na realização de pesquisa bibliográfica, usando-se também os métodos dedutivo e o monográfico. O uso e o tráfico de drogas geram muitas consequências tanto para a saúde, a convivência familiar, social e em local de trabalho do usuário, quando para a sociedade em razão do aumento da criminalidade. Muitos dos condenados por tráficos são pequenos traficantes, que após serem privados de sua liberdade serão rapidamente substituídos por outros que exerçam a mesma função e sejam da mesma forma “descartáveis” para o funcionamento da organização por poderem ser facilmente substituídos quando forem presos. A realização destas prisões terá como principal consequência aumentar a superlotação dos presídios. Este problema poderia ser solucionado com a alteração do tipo penal de reclusão para detenção. O aumento da fiscalização nas fronteiras é também um importante meio de se impedir a entrada de drogas e de outros produtos ilegais em nosso país, visto que, algumas drogas como a cocaína não são produzidas no Brasil, a forma de ingresso delas em território nacional obrigatoriamente terá que passar pela fronteira antes de ser redistribuída para o mercado interno e para outros países, pois o Brasil é caminho na rota do tráfico. Por fim, há de se destacar a importância da prevenção e da conscientização como formas de impedir que a pessoa inicie o uso das drogas evitando diversos problemas para a sua vida e para a segurança pública em geral. A prevenção é de tamanha importância que deve ser realizada pela família, pela escola e pela sociedade devendo ser iniciada ainda na infância sendo reforçada na adolescência e na vida adulta.

Palavras-chave: Tráfico. Uso de drogas. Alteração do tipo penal. Fiscalização nas fronteiras. Prevenção e conscientização.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

DELAÇÃO PREMIADA: ANÁLISE DE SUA UTILIZAÇÃO FRENTE AO AUMENTO DA SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL

Luana Zemiani Vieira¹

Daniel Pulcherio Fensterseifer²

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema Análise da utilização da Delação Premiada frente ao aumento da seletividade do Direito Penal e buscou analisar o perfil dos presos, a seletividade do Direito Penal Brasileiro, o instituto frente à seletividade e os preceitos éticos do mesmo. Por fim, apresenta um questionamento sobre a Delação Premiada frente à crise penal e o seu caráter seletivo na persecução penal. Este instituto está previsto no ordenamento jurídico brasileiro em diversas leis, principalmente na Lei n. 12.850/2013. É um instituto utilizado pelo sistema jurídico criminal brasileiro com o objetivo de auxiliar o Estado na resolução de crimes. É um procedimento em que o delator, por meio de uma confissão voluntária de sua participação entrega seus comparsas e, como prêmio pode receber a redução de um a dois terços da pena ou a obtenção do perdão judicial. Porém, a falta de delimitação jurídica tem deixado lacunas, levantado questionamentos e refletido não só na esfera jurídica, mas também no campo da ética e a seletividade penal. De natureza bibliográfica e dedutiva, esta pesquisa discorre sobre o conceito de Delação Premiada, análise e conceito das penas, sua finalidade e teorias de utilização. Apresenta o perfil da massa prisional brasileira, que é de jovens entre 18 e 29 anos, negros, com baixa escolaridade e solteiros. Os crimes com maior incidência que são de tráfico de drogas, roubo, furto e homicídio. Já os crimes de corrupção têm aumentado consideravelmente, porém, frente à cultura popular, dificilmente o autor será identificado como bandido devido ao seu estereótipo. Logo, não foram encontrados dados específicos a fim de responder com exatidão a esta pesquisa, pois não há base de dados de aplicabilidade do instituto em crimes como o tráfico de drogas, que é o responsável pela maioria da população prisional brasileira. Assim, este trabalho de pesquisa que deve ser continuado devido a importância da problemática, a fim de buscar com mais exatidão a resposta ao qual ele se propôs, em virtude da relevância social do tema.

Palavras-chave: Direito Penal Brasileiro. Delação Premiada. Seletividade Penal.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, câmpus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

ASPECTOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA APLICADOS À ADOÇÃO EM SITUAÇÕES DE DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA

Ludmila Miralha Canto Cezar¹

Trata-se de um estudo realizado sobre a ocorrência da devolução das crianças ou adolescentes que são adotados e posteriormente devolvidos aos cuidados do Estado, durante o estágio de convivência e após o encerramento do processo de adoção. Percebe-se, na realidade brasileira, que muitas crianças e adolescentes esperam por anos uma família, uma vez que vivem em abrigos, carentes de carinho, amor, proteção e sentimento de segurança. Para os interessados em adotar um menor, existe o dispositivo da adoção, que, cabe dizer, é um procedimento demorado. Mesmo com a demora, muitas famílias esperam por muitos anos também, para poder ter a chance de serem pais. Embora adotante e adotado passem por todo um processo de adaptação, condições e regramentos, infelizmente acontece a devolução do menor ao poder do Estado pela segunda vez, sendo que, muitas dessas vezes, os motivos são lamentáveis, tomando como exemplo o não atendimento dos anseios da família. Não é amplamente discutido o assunto, e inexistente norma que regule o problema. Este estudo foi feito através de bibliografias, artigos publicados, legislações e algumas decisões jurisprudenciais. O que mais desperta interesse no tema é o fato de a adoção ser uma medida excepcional e irrevogável; portanto, não pode haver a devolução do menor, uma vez que o adotado é filho e, por sinal, estava à espera de um lar. Com a devolução, o adotado pode vir a sofrer problemas sérios em todos os âmbitos da sua vida. Conclui-se que as decisões majoritárias e os entendimentos doutrinários tendem a aplicar uma indenização dos pais em favor do menor.

Palavras-chave: Família. Adoção. Devolução. Pais. Adotado.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS NA SEARA CONSUMERISTA

Mathusalém Francisco Rizzi¹

Renata Egert²

O presente trabalho de conclusão de curso irá tratar sobre a responsabilidade civil subjetiva dos profissionais liberais na esfera consumerista, que será abordada a história evolutiva do direito do consumidor, analisando os mais renomados estudiosos da área, buscando eximir algumas dúvidas existentes, e ainda ter uma perspectiva da relação de consumo. Mostrará também a história da responsabilidade civil, onde nos primórdios na vida humana já haviam suas regras e sanções, e demonstrará assim, toda a evolução da responsabilidade civil até os dias de hoje, e diferenciará a responsabilidade objetiva da responsabilidade subjetiva, onde será visto que a responsabilidade objetiva independe de culpa para a reparação de dano, que é necessário apenas existir o nexo causal da conduta do agente ao dano por ele cometido, e em outro lado na responsabilidade subjetiva deve haver a culpa do agente, sendo necessário além do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, tenha incorrido em culpa e dolo, afim de que haja reparação pelos danos cometidos. Ainda classificará a culpa do agente, se este agiu com negligência, imprudência e imperícia. A negligência será classificada quando o agente deixa de tomar uma atitude ou realizar uma conduta que era esperada. Será abordada a responsabilidade civil subjetiva dos profissionais liberais na esfera consumerista, onde será estudo o ordenamento jurídico brasileiro e restará demonstrado qual a regra para a responsabilidade civil no Código Civil Brasileiro, é a responsabilidade subjetiva. Por fim, o desenvolvimento do presente trabalho buscou esclarecer a que tipo de responsabilidade civil o profissional liberal estará sujeito com a finalidade de reparar um dano oriundo de sua atuação, a qual restou comprovada ser a subjetiva, bem como na intenção de restabelecer o equilíbrio perdido na relação de consumo, bem como, proteger o consumidor da atuação duvidosa e desleal do profissional. O método monográfico, utilizado para realização dessa pesquisa, visa ao estudo aprofundado e representativo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades a fim de se obter generalizações. A pesquisa necessita partir da escolha de um tema com o objetivo de analisá-lo em todos os seus aspectos.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Profissionais Liberais. Código de defesa do consumidor.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

A FLEXIBILIZAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

Adriana Pereira¹

Maurício Zandoná²

O presente trabalho monográfico tem como objeto apresentar a flexibilização da regra de impenhorabilidade do imóvel residencial considerado como bem família, quando este for único e de elevado valor suntuoso, ou seja, que a finalidade e uso do bem não possam acarretar maiores prejuízos à integridade familiar, mesmo quando o valor do bem for maior que a dívida existente. Sendo assim, no primeiro capítulo verificou-se o conceito de execução, seu histórico e os princípios que norteiam a função executiva. No segundo capítulo abordou-se as características do bem de família, bem como sua proteção jurídica e constitucional, onde estabelecem que a casa é o asilo inviolável e a moradia é um direito social. No terceiro capítulo analisou-se a possibilidade da flexibilização da impenhorabilidade do bem de família, isso quando o imóvel penhorado possuir valor econômico maior que a dívida, oportunidade em que o referido imóvel poderá ser aceito para venda em hasta pública, sendo que restando saldo remanescente, o valor será restituído ou devolvido ao executado para compra de uma nova moradia digna e confortável, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário onde o judiciário deve buscar uma harmonia entre o direito do credor e o direito à moradia do devedor, como uma forma justa e proporcional para ambas às partes. Por fim, para realização do presente estudo o método utilizado é o dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, de modo que se possa delinear uma nova abordagem sobre a flexibilização da impenhorabilidade do bem de família, preservando os princípios constitucionais fundamentais e protetivos como o direito à moradia e a dignidade da pessoa humana, uma vez que, a moradia é uma necessidade básica de todo ser humano, a base existencial para os desafios inerentes ao viver.

Palavras-chave: Impenhorabilidade. Flexibilização. Bem de Família.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL E O USO DOS AGROTÓXICOS DE MODO SUSTENTÁVEL

Leticia Tres Dal’Puppo¹

Thiago Luiz Rigon de Araujo²

O presente tema terá como método de abordagem a dedução, ou seja, buscar pensamentos específicos, para que haja coerência entre as ideias apresentadas e a justificativa delas. O método de procedimento é o método monográfico e servirá para analisar o tema escolhido em todos os seus aspectos. O método de pesquisa, terá como fontes a literatura jurídica brasileira, artigos acadêmicos e documentos eletrônicos. O tema é função social e agrotóxicos e a delimitação do tema é o cumprimento da função socioambiental e o uso dos agrotóxicos de modo sustentável. O objetivo geral é estudar a função socioambiental da propriedade e o impacto ambiental causado pelo uso contínuo e desenfreado de agrotóxicos, enquanto que os objetivos específicos são verificar o aspecto histórico da evolução do conceito de função social e propriedade, com um breve relato de sua transformação, analisar as questões gerais sobre a Lei dos Agrotóxicos, e a degradação do meio ambiente em razão da utilização de agrotóxicos e estudar acerca do desenvolvimento sustentável e a utilização consciente e legal dos agrotóxicos. O trabalho partirá de um relato histórico da origem da propriedade tratando sobre as garantias e os limites que o proprietário tem ao usar a propriedade de modo a cumprir com a função social que a mesma se destina. Em seguida, para fins de cumprimento da função social, será analisada a Lei nº 7.802/89, a lei dos agrotóxicos, a qual é responsável por regularizar os agrotóxicos e afins, em conjunto com o decreto nº 4.074/2002, bem como a origem dos agrotóxicos. Por fim, , discutir-se-á quanto aos impactos que o uso desses químicos agrícolas causa ao meio ambiente. Em contrapartida, será abordada a importância do uso dos agrotóxicos para a produção agrícola, de modo economicamente sustentável e em conformidade com os princípios do Direito Ambiental.

Palavras-chave: Função social da propriedade; Lei nº 7.802/89; Decreto nº 4.074/02; Agrotóxicos; Meio ambiente; Degradação; Desenvolvimento sustentável.

¹ Acadêmica do Curso de Direito URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen. E-mail: leticiatdalpuppo@hotmail.com

² Professor e Mestre do Curso de Direito URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA SEARA DO DIREITO DO CONSUMIDOR FRENTE AS NOVIDADES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Marília Kuwiatosz¹

Renata Egert²

O presente trabalho monográfico tem como escopo discutir a inversão do ônus da prova frente as modificações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015. O Código de Defesa do Consumidor assegura a inversão do ônus da prova e expressa claramente as condições necessárias para que se possa obter tal inversão. As pessoas têm mais facilidade para conseguir dinheiro, o que as torna mais consumeristas, este fato, porém, deixa a sociedade cada vez mais crítica em relação ao que adquirem, gerando assim, um descontentamento do consumidor que exige mais qualidade nos produtos e serviços. O presente trabalho enfatiza um estudo sobre a inversão do ônus da prova, sob a análise das mudanças trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, verificando os requisitos necessários para que se consiga receber o benefício da inversão do ônus probatório, a fim de que sejam efetivados os princípios da ampla defesa e do contraditório. Verifica-se que a inversão do ônus da prova existe para que nenhuma das partes sejam prejudicadas e para que haja total veracidade na verdade dos fatos, facilitando assim a defesa e tornar o âmbito jurídico mais eficiente e ágil. Além de garantir o direito do consumidor, a inversão do ônus da prova faz com que o consumidor e o fornecedor tenham uma boa relação. Para tanto, torna-se necessário examinar o modo pelo qual ocorre a distribuição do ônus da prova. Além disso, se torna imprescindível averiguar a história do direito do consumidor e os conceitos gerais sobre a relação de consumo conforme o entendimento da doutrina. Por fim, serão analisados a inversão do ônus da prova no diploma consumerista, a hipossuficiência do consumidor bem como o ônus da prova no processo civil, à luz das mudanças trazidas pelo Novo Código de Processo Civil. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo que se baseia em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos. Tal método fundamenta-se na dedução, uma vez que deve haver uma relação lógica entre as proposições apresentadas para validar as conclusões.

Palavras-chave: Consumidor. Ônus. Prova. Código de Processo Civil.

¹ Acadêmica do X Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Campus de Frederico Westphalen, RS. Endereço eletrônico: ma.rilia-k@hotmail.com

² Mestra em Direito. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Campus de Frederico Westphalen, RS. Advogada. Endereço eletrônico: renata@uri.edu.br

A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA CREDIBILIDADE DESTES MEIO PROBATÓRIO COM VISTAS A SUA SUBJETIVIDADE

Fernanda de Oliveira do Amaral¹

Tiago Galli²

O presente trabalho dedica-se ao estudo da prova testemunhal no processo penal, dentro da linha de pesquisa “perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo”. A delimitação do tema é a prova testemunhal: uma análise da credibilidade deste meio probatório com vistas a sua subjetividade, em razão de que, atualmente, grande número de demandas judiciais são solucionadas com base na prova oral produzida no processo. Não obstante os avanços tecnológicos, a prova testemunhal continua sendo o meio de prova mais utilizado contemporaneamente. Por esse motivo, o objetivo do trabalho é analisar as características do testemunho, apreciar as várias espécies de testemunhas e suas particularidades, a subjetividade desse meio probatório, a construção do testemunho, o lapso temporal entre o fato ocorrido e a sua declaração, o fenômeno das falsas memórias, entre outras particularidades, para trazer ao centro de discussões a problemática quanto sua credibilidade, ou seja, se a prova testemunhal é capaz de embasar sentenças penais condenatórias ou absolutórias, especialmente no tocante ao conjunto probatório composto exclusivamente por declarações de testemunhas ou ainda informes de vítimas, em observância ao princípio da não hierarquia de provas e do sistema do livre convencimento motivado. Para tanto, utilizou-se da forma de metodologia baseada no método dedutivo, desenvolvida através do método monográfico. Nesse sentido, obteve-se como resultado que a prova testemunhal é o principal meio de prova no processo criminal brasileiro, mas apresenta muitas falhas. Sua credibilidade está relacionada com os fatores que são capazes de influenciar no depoimento prestado pela testemunha, que faz com que ocorram erros na declaração do conhecimento. Porém, concluiu-se que, apesar de suas ressalvas, a prova testemunhal é capaz de embasar uma sentença penal condenatória ou absolutória, ainda que como único elemento probatório, ante a impossibilidade de se produzir outros meios de prova. Nesse contexto, também é dado elevado valor a palavra da vítima, em especial nos crimes contra a dignidade sexual. Todavia, tanto a palavra da testemunha quanto da vítima, devem ser analisadas dentro de um contexto probatório construído durante o processo judicial, para que se possa ter eficácia e valorar corretamente esses depoimentos.

Palavras-chave: Processo Penal; Prova testemunhal; Credibilidade; Meio probatório.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Das Missões – URI – Campus Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, O SISTEMA POLITICO NACIONAL E A NECESSIDADE DE SUA ADEQUAÇÃO VISANDO ÀS MUDANÇAS DO MODELO ADMINISTRATIVO ATUAL E A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Eugenio Beloto Medeiros¹

O presente trabalho adveio, basicamente, da minha experiência profissional, adquirida através do exercício de várias atividades junto ao serviço público do Estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 30 (trinta) anos, onde exerci inúmeras funções na área de auditoria financeira e orçamentária junto a vários órgãos públicos, situados por todo o território estadual, quer fossem estes da esfera federal, estadual ou mesmo municipal, quer como Fiscal de Finanças, quer como Auditor Público de Contas. Esta experiência me levou a formar uma convicção sobre os diversos controles exercidos por tais órgãos sobre a movimentação dos recursos públicos sob sua responsabilidade. Após intensa pesquisa sobre as obras de autores renomados, especialistas e tratadistas na área de administração pública decidi, então, através do presente trabalho, cujo escopo principal objetiva estabelecer um despertar para a necessidade de uma série de mudanças no sistema político nacional, estimular a sua adequação, através de mudanças do modelo administrativo atual, de forma a possibilitar a retomada do crescimento econômico brasileiro. Durante o seu desenrolar, constatei que a minha conclusão, se agregava o pensar e diversas manifestações por parte de autores, especialistas e tratadistas sobre o assunto, todos no mesmo sentido. Estes foram os motivos básicos que me levaram a produzir o presente trabalho. Os resultados indicam que o atual modelo administrativo público observado no Brasil, mesmo sendo de natureza gerencial, observado que é desde 1995, apesar de buscar um controle e um planejamento mais eficientes, na verdade não evoluiu neste sentido, com o passar do tempo. Assim, este trabalho visa poder contribuir para o incentivo às mudanças que se entende necessárias em nossa Administração Pública Brasileira. O trabalho em si, se assentou também numa observação profunda sobre a funcionalidade de vários sistemas de administração pública praticados por outros países, e procurou identificar os entraves, as perspectivas de mudanças, de forma a alterar o atual e complexo “sistema gerencial” mantido pela administração pública brasileira. Dentre as medidas aqui sugeridas, para uma eventual adoção a médio e longo prazo, se apontam aquelas sugeridas nos itens 3.3.1, 3.3.2, 3.4, 3.4.2, 3.5 e 3.6 do presente trabalho. Os resultados esperados, originados das sugestões ali contidas, fazem parte da Conclusão de fls. 70 a 73, e são aqueles buscados pela própria Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, conforme mencionado em fls. 71.

Palavras-chave: Sistema Político. Estrutura da Administração Pública. Gestor Público. Alterações Políticas.

¹ Graduação em Ciências Contábeis, Econômicas e Atuariais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968) e especialização em Curso de Especialização Em Controladoria pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1997).

A EFICÁCIA DA DELAÇÃO PREMIADA NO DIREITO BRASILEIRO

Vítor Nied Janner¹

Alejandro César Rayo Werlang²

A elaboração do presente trabalho realizou-se com o intuito de aprofundar um estudo sobre a eficácia e a aplicabilidade do instituto da Delação Premiada dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Os principais objetivos que motivaram a realização da pesquisa são investigar sobre as origens históricas da delação premiada, analisar sua aplicabilidade no direito comparado, os princípios que a admitem, identificar quais leis e crimes que tratam e contém o instituto, bem como os resultados que ela pode trazer para a justiça na investigação de crimes. Para ter acesso às informações e elaborar o estudo, foi utilizado o método monográfico, por meio indutivo de abordagem, método de pesquisa e método de procedimento. Com o crescente aumento da criminalidade no Brasil, especialmente por ação do crime organizado, o Estado encontra cada vez mais dificuldades para a investigação e prevenção desses crimes. Com o advento da Lei 12.850/2013, o legislador passou a trazer meios para o combate contra o crime organizado. A técnica para a realização do procedimento consiste na colaboração de um membro (acusado) da organização criminosa, que revela os esquemas utilizados para a realização da atividade criminosa. Em troca dessa colaboração com a justiça, ele obtém benefícios na redução ou até a não aplicação de sua pena. O resultado de todo este processo pode ser significativamente bom, pois se pode punir outros criminosos, solucionar crimes e recuperar o que foi obtido de maneira ilícita.

Palavras-chave: Delação Premiada; Organização Criminosa; Colaboração com a Justiça; Lei 12.850/2013.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

A (IN) POSSIBILIDADE DE A CONFISSÃO SER CONSIDERADA O ÚNICO MEIO PROVA PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU NO PROCESSO PENAL

Iuri Bedin¹

Silvana Raquel Brendler Colombo²

O presente trabalho está inserido nas perspectivas de um direito criminal contemporâneo. Tem como delimitação do tema a confissão na fase processual penal como único suporte condicionante à condenação criminal do réu, em razão de que muito se tem discutido acerca da condenação do réu com base exclusiva da confissão, em especial na fase do tribunal do júri, onde os jurados não possuem conhecimento técnico-jurídico suficiente para confrontar a referida prova com as demais, o que acarreta a consideração da confissão por parte do réu como uma prova absoluta, o que pelo atual ordenamento jurídico brasileiro, entendimento doutrinário e jurisprudencial não é mais aceito. Para tal, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o valor probatório da confissão como prova única perante a condenação criminal, pesquisando a evolução histórica do conceito de prova e seu valor nos diferentes sistemas processuais, identificar o valor probatório da confissão dentro do processo penal e identificar no sistema jurídico penal contemporâneo a condenação baseada exclusivamente na confissão do réu. O método utilizado para a realização do artigo foi o dedutivo, além da técnica de pesquisa bibliográfica, tais como, livros, artigos da doutrina nacional e estrangeira sobre o tema. Dessa forma, o resultado será a possibilidade ou não da condenação do réu ser baseada exclusivamente na confissão, bem como, se perante o nosso ordenamento jurídico tal fato pode ser aceito. Embora o ordenamento brasileiro seja positivado, há evidentemente violação de princípios norteadores do devido processo penal, mas que por vezes, perante o tribunal do popular a confissão acaba sendo prova absoluta para a condenação.

Palavras-chave: Confissão. Tribunal do júri. Valor probatório. Condenação exclusiva pela confissão.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

A POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Ricardo Pizzinatto Borcioni¹

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea e apresenta como delimitação do tema a possibilidade de flexibilização das condições para a concessão da aposentadoria por invalidez no Regime Geral da previdência Social, visto que surgem dúvidas no momento de conceder este benefício, como, por exemplo: na hora de aplicar o direito ao caso concreto deve-se ir somente ao encontro do art. 42 da Lei 8213/91 ou existe possibilidade de flexibilizar esse entendimento. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de flexibilizar as condições necessárias exigidas para a concessão da aposentadoria por invalidez do Regime Geral de Previdência Social; estudar parte dos aspectos da evolução histórica do Direito Previdenciário no mundo e no Brasil, atentando-se para as fontes e os princípios do Direito Previdenciário; analisar a aposentadoria por invalidez dentro do Regime Geral de Previdência Social, os beneficiários e os requisitos para o seu deferimento. Logo, o trabalho norteia-se pela seguinte questão: é possível flexibilizar as condições necessárias exigidas para a concessão da aposentadoria por invalidez no Regime Geral de Previdência Social? Desse modo, como resultado, verificou-se que a jurisprudência entende ser possível flexibilizar o entendimento trazido pelo art.42 da Lei 8213/91, devendo, assim, no momento de deferir o benefício de aposentadoria por invalidez, analisar cada caso, pois, na maioria das situações, mesmo o segurado sendo suscetível de reabilitação, as condições sócio-econômicas e culturais podem não serem favoráveis, devendo, assim, ser aposentado.

Palavras-chave: Aposentadoria por Invalidez. Concessão. Flexibilização. Regime Geral da Previdência Social. Jurisprudências.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGENCIA DISPOSTAS NA LEI MARIA DA PENHA

Krisllen Borba Stona¹

Daniel Pulcherio Fensterseifer²

A violência doméstica contra a mulher é uma questão que ocorre desde o surgimento da sociedade. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, surgiu com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. As medidas de proteção dispostas na referida Lei, devem ser aplicadas tantas forem necessário para garantir a saúde e integridade da mulher. Contudo, examinando a eficácia da aplicação dessas medidas e os principais problemas que limitam a sua aplicação, percebe-se que o rol das medidas que protegem a vítima e que afastam o agressor é muito amplo. Por outro lado, observa-se que ele sozinho não é capaz de garantir a proteção da mulher. Muitas vezes a mulher volta a procurar o homem, ou o homem a procura, com a intenção de voltar a ter um relacionamento, ou a própria vítima se retrata em relação à denúncia por ver o seu agressor preso, ou não querer isso para o “pai de seus filhos”, ou até mesmo por não ter meios para sustentar a si e aos seus filhos. São inúmeros os fatores que motivam a vítima se retratar, mas independente disso, ainda é necessário mudar o pensamento social e a cultura machista. A mulher que é vítima também sofre preconceito fora do lar, onde é vista como alguém que deseja se aproveitar da situação, ou como esposa que não respeita seu marido sendo mau exemplo para os filhos. São inegáveis os avanços trazidos com a popularização da Lei Maria da Penha para que a mulher vítima de violência recebesse a devida assistência e proteção, contudo, observa-se que somente a Lei não é suficiente para a obtenção dessa pretensão, sendo que a mulher e a sociedade tem importante papel para que isso ocorra, não apenas através de denúncias, mas também pelo gradativo processo de mudança de paradigmas. Ainda há muito que mudar no que se refere ao pensamento social e ao preconceito, porém, o aumento das denúncias demonstra que a Lei aumentou a credibilidade do judiciário em garantir a segurança das vítimas e de sua família e a punição efetiva dos agressores.

Palavras-chave: Medidas Protetivas. Lei Maria da Penha. Violência.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

² Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen.

O ACESSO À JUSTIÇA E A SUA (IN) EFETIVIDADE NA TUTELA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Aline Vanin¹

Cesar Ribolff²

O trabalho aqui apresentado se encontra na linha de pesquisa de Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o acesso à justiça como um direito humano fundamental e sua (in) efetividade. Tal escolha de tema se justifica diante da importância de uma justiça efetiva, principalmente no que diz respeito à proteção dos direitos fundamentais, os quais garantem a dignidade da pessoa humana. O objetivo do trabalho foi verificar através de pesquisa bibliográfica a efetividade da jurisdição para a tutela dos direitos fundamentais. A fim de atingir o objetivo final, foi analisada a evolução histórica dos direitos humanos no âmbito internacional, bem como a evolução histórica exclusivamente do direito de acesso à justiça. Também houve a análise dos direitos humanos inseridos na Constituição Federal de 1988. Foram abordados os meios de acesso coletivo à justiça, sendo eles a ação civil pública, o mandado de injunção coletivo, a ação popular e o mandado de segurança coletivo, que detêm a vantagem de tutelar os direitos de um grupo de pessoas através de uma única demanda judicial. Objetivando verificar se há efetividade na tutela aos direitos humanos pela via judicial, foi estudada realidade atual do sistema jurisdicional brasileiro, o qual se encontra em crise, em razão principalmente da demora do processo. Foram analisados para tanto foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e método indutivo. O resultado do estudo foi a verificação que o Poder Judiciário brasileiro se encontra em crise, principalmente no que diz respeito à demora na solução dos conflitos, o tempo do processo é muito longo, o que faz com que os direitos, como os direitos humanos fundamentais acabem não tendo respaldo jurídico correto pois as demandas demoram a ter uma resposta judicial em razão do acúmulo de processos, tal demora é muitas vezes letal na tutela aos direitos fundamentais, pois eles são direitos que carecem de uma tutela rápida para que sejam efetivos, como podemos exemplificar com o direito à saúde. A pesquisa também vislumbrou que o Poder Judiciário vem buscando sanar esse entrave de efetividade dos direitos para que a justiça seja efetiva ao tutelar os direitos humanos fundamentais, algumas medidas em sendo tomadas, tais como metas a serem batidas, mutirões de julgamento, e também o incentivo aos métodos de solução alternativas dos conflitos, a mediação e a arbitragem.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Acesso à Justiça. Poder Judiciário. Direitos Fundamentais. Processo.

¹ Autora. Acadêmica do Curso de Direito da URI – Campus de Frederico Westphalen.

² Técnico Tributário. Advogado. Professor Orientador. Doutorando em Educação pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direito. Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Coordenador do Curso de Direito da URI – Campus de Frederico Westphalen.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SUA CORRELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS APLICADOS AO DIREITO AMBIENTAL

Daniela Maria de Souza¹

Renata Egert²

O presente trabalho insere-se no leque de estudos relacionados à evolução do Direito Ambiental, seus princípios norteadores e sua aplicabilidade. Pelo fato de o licenciamento ambiental ser realizado rotineiramente em esfera municipal, estadual e federal, o objeto de estudo visou conceituar pontos importantes do Direito Ambiental e compreender a relação de seus princípios com o esse procedimento administrativo. Com isso, facilitando a compreensão e o alcance ao artigo 225 da nossa Carta Magna, visto que se tratam de ferramentas para o alcance e garantia da qualidade de vida ideal para a atual e futuras gerações. Para isso, baseou-se em uma revisão bibliográfica, tendo como base a doutrina e as espécies normativas mais significativas no âmbito do Direito e Licenciamento Ambiental. Para uma melhor compreensão dos temas em pauta, o estudo foi dividido em três capítulos. No capítulo I, descreveu-se a evolução do Direito Ambiental Brasileiro, desde o Período Colonial, onde o país estava sob domínio dos portugueses e rege-se baseado nas ordenações afonsinas e manuelinas. Além disso, nesse período surgiu o Regimento do Pau Brasil que ocorrera em 1603, quando a colônia estava sob domínio do rei espanhol Felipe II. No Período Imperial, D. Pedro I preocupou-se em democratizar o acesso à terra e criou a Lei Nº 601/1850 que disciplinou a ocupação do solo e instituiu a responsabilidade pelo dano ambiental, criando ao infrator sanções administrativas, civis e penais. Foi nesse período que surgiu o termo “madeiras de lei”, presente na Carta de Lei de 1827 que só poderiam ser cortadas mediante autorização de dispositivo legal editado pela Coroa. No período Republicano, discorreu-se cronologicamente as normatizações que norteavam o país e dispunham de dispositivos relacionados a proteção dos recursos naturais, dentre elas: Constituição de 1891; Constituição de 1937; Código das Águas; Código Florestal; Código de Caça e Pesca; Estatuto da Terra; Novo Código Florestal; Lei de Proteção à Fauna; Política Nacional do Meio Ambiente; Constituição de 1988; Lei de Crimes Ambientais. Além disso, conceituou-se e interdisciplinarizou-se o Direito Ambiental. No capítulo II conceituou-se e descreveu-se, na visão de especialistas, os principais princípios balizadores no Direito Ambiental (Poluidor-Pagador, Usuário-Pagador, Responsabilidade, Função Social da Propriedade, Prevenção, Precaução, Equilíbrio, Desenvolvimento Sustentável). Nesse contexto, pôde-se compreender cada um desses balizadores, facilitando assim a diferenciação, muitas vezes difícil, entre eles. No capítulo III foi definido e exposto os passos para a realização do procedimento de licenciamento ambiental. Nele, se pode compreender a diferença temporal e documental entre as Licenças Prévia, de Instalação e Operação. Além disso, sua

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus Frederico Westphalen.

² Professora do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Frederico Westphalen, E-mail: renata@uri.edu.br

natureza jurídica sob a face de licença administrativa, autorização administrativa e ato administrativo próprio. A competência administrativa dos entes federados quanto a sua realização, a legislação e seus dispositivos referente a isso e a consequente descentralização na execução desse procedimento também estiveram presentes. E, por fim, a relação do procedimento com os princípios norteadores do direito ambiental acima relacionados. Assim, esclareceram-se gargalos, muitas vezes mal-entendidos por quem convive e necessita desses temas diariamente, tornando o presente estudo uma fonte de subsídios quanto aos assuntos em questão.

Palavras-chave: Procedimento Administrativo. Licença Ambiental. Direito Ambiental.

A VALIDADE DOS REGIMES DE COMPENSAÇÃO DE HORAS NA RELAÇÃO DE EMPREGO A TEOR DA JURISPRUDÊNCIA

Claudiana Pacheco de Christo¹

André Rodrigues²

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea, tendo como tema os regimes de compensação de horas na relação de emprego. A delimitação do tema diz respeito à validade desses regimes a teor da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT4, visto que pairam muitas dúvidas sobre o assunto, principalmente após a entrada em vigor da Lei nº 13.467 de 2017. A pesquisa teve como objetivos estudar o Direito do Trabalho enquanto instrumento de proteção do empregado, analisando a evolução histórica desse instituto jurídico, seus princípios e a relação de emprego; analisar o interesse público e o capítulo da duração do trabalho, a classificação da jornada de trabalho e a flexibilização e seus efeitos na duração do trabalho; e, por fim, verificar a validade dos regimes de compensação de horas na relação de emprego a teor da jurisprudência trabalhista do TRT4. Analisar quais as condições reconhecidas pela jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, após a reforma na legislação trabalhista, para a validade dos regimes de compensação de horas na relação de emprego, foi o problema de pesquisa deste trabalho. Nesse sentido, utilizou uma metodologia baseada nos métodos dedutivo e indutivo, tendo como método de abordagem a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial; como método de procedimento, o monográfico; e como métodos de pesquisa, as pesquisas indireta (bibliográfica) e empírica (jurisprudencial). Através da análise jurisprudencial do TRT4, utilizando-se de jurisprudências publicadas em período posterior a Reforma Trabalhista, o presente trabalho trouxe como resultado o fato de que o referido Tribunal possui entendimentos que divergem do que foi instituído pela Lei nº 13.467 de 2017 no que se refere aos requisitos de validade dos regimes de compensação de horas, a exemplo disso, as jurisprudências estudadas trazem como entendimento o fato de que o regime semanal de compensação de jornada será válido se for instituído mediante acordo (individual ou coletivo) ou convenção coletiva; já o Banco de Horas alcançará sua validade se for acordado por convenção ou acordo coletivo, não admitindo o acordo individual, mesmo após as alterações ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a qual permite a sua instituição por meio do acordo individual. O estudo permitiu compreender com seus resultados que em decorrência das mudanças introduzidas pela Lei nº 13.467 de 2017, a jurisprudência do TRT4 não considera apenas a legislação da CLT, tendo em vista que muitos dispositivos desta lei ainda estão em discussão acerca da sua validade e constitucionalidade, mas considera também a Constituição Federal, Súmulas,

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Orientações Jurisprudenciais e as conclusões obtidas na Primeira Jornada sobre a Reforma Trabalhista, realizada pelo próprio Tribunal, a fim de aplicar o entendimento mais correto a cada caso concreto.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Compensação de Horas. Validade. Jurisprudência.

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE O POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

Flavio Marcos Liscoski¹

Aline Ferrari Caeran²

O presente trabalho de pesquisa objetiva verificar se o policiamento comunitário constitui uma alternativa para prevenir a violência que afeta a sociedade brasileira. Desse modo, visa verificar se o policiamento comunitário constitui uma alternativa para prevenir a violência que afeta a sociedade brasileira, através da interação com as comunidades, a fim de possibilitar que as pessoas tenham a capacidade de resolver problemas e identificar conflitos os quais afetarão a comunidade com um todo. No primeiro capítulo buscou-se observar as questões relativas à segurança pública sob a ótica dos direitos humanos fundamentais. Por sua vez, no segundo capítulo, estudou-se as questões pertinentes ao policiamento militar. Por último, a fim de responder ao problema de pesquisa proposto, foi analisado o policiamento comunitário como uma alternativa para prevenir a violência que a afeta a sociedade brasileira. Salienta-se que a segurança pública é uma problemática presente na sociedade brasileira, eis que os não consegue combater os altos índices de violência. Assim, é a imensa sensação de insegurança nas cidades brasileiras e se acentua nos bairros mais pobres das cidades, que por vezes são esquecidos pelas autoridades competentes. O Policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, tais como crimes, tráfico de drogas, desordens as quais possam trazer medos que assolam a sociedade. Observou-se que a participação comunitária tem significativa influência no contexto educativo, na medida em que constitui uma cultura de discussão mais extensa dos problemas locais, trabalhando como um fator diferencial diante do modelo tradicional, por vezes centralizador e alheio às demandas da comunidade. Com efeito, foi possível concluir que uma polícia comunitária bem orientada, implantada e aceita na comunidade traz mudanças significativas, melhorando o bem estar e a segurança comunitária. O policiamento somente conseguirá atender os interesses da comunidade e prevenir a violência, se efetivamente conhecer as demandas sociais, bem como as características específicas que revestem cada comunidade, assumindo uma postura proativa no encaminhamento das demandas que influem na qualidade de vida das pessoas e questões decorrentes de segurança pública. Por fim, para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutivo, o método de procedimento monográfico e o método de pesquisa indireta, bibliográfica.

Palavras-chave: Violência; Segurança pública; Policiamento comunitário; Qualidade de vida.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A DIMENSÃO DA CRIAÇÃO LEGISLATIVA

Roberto Ballin Faotto¹

Gustavo Buzatto²

O presente estudo está amoldado à linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o Ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal sob o prisma da criação legislativa, haja vista ser um tema que merece muita atenção no âmbito jurídico brasileiro pelo fato de um novo momento vivido pelo Supremo Tribunal Federal, o qual enfrenta um dilema frente às constantes crises institucionais e inércia dos demais poderes de Estado, qual seja, o Legislativo e o Executivo. Portanto, ao enfrentar questões de larga repercussão social e na intenção de impor efetividade as normas e princípios constitucionais, acaba supostamente evadindo-se dos seus limites jurisdicionais, criando com isso novas hipóteses legislativas. Para tanto, o trabalho tem como problema principal averiguar se a atuação do Supremo Tribunal Federal pode ou não enquadrar-se na dimensão da criação legislativa do ativismo judicial ponderada pela doutrina que debruça-se sobre o tema. Nesse sentido utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e análise de relevantes julgados com objetivo de responder o questionamento proposto de maneira satisfatória. Contudo, em face de conclusão foi obtido como resultado que o Supremo Tribunal Federal em sua atuação acaba por julgar criativamente, confirmando de forma clara e inequívoca o problema proposto pelo presente trabalho monográfico de maneira que, por vezes ultrapassa os limites de sua jurisdição criando novas hipóteses legislativas.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Garantias Fundamentais. Criação Legislativa. Separação dos Poderes. Supremo Tribunal Federal.

¹ Bombeiro Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Graduando do X semestre do curso de Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Frederico Westphalen-RS.

² Graduado em Direito pela URI, Campus de Frederico Westphalen-RS (2004-2008). Pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus (2013-2015). Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela URI, Campus de Frederico Westphalen-RS (2016-2017). Mestre em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2015-2017). Advogado inscrito na OAB/RS nº 76.562. Professor pela URI, Campus de Frederico Westphalen-RS. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

PROJETO INTEGRADO DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PERFIL DO ACUSADO DE AGRESSÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Fernanda Cigainski Lisbinski¹

Pablo Henrique Caovilla Kuhner²

O presente estudo possui como tema a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) se delimitando ao perfil do acusado de violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto do Projeto Integrado de Atendimento às Famílias Vítimas de Violência Intrafamiliar. O objetivo consiste em apresentar uma análise do perfil do acusado de agressão doméstica e intrafamiliar contra a mulher a partir de dados dos atendimentos realizados pelo Projeto Integrado de Atendimento às Famílias Vítimas de Violência Intrafamiliar. Este Projeto é desenvolvido pelos cursos de Direito e Psicologia da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –, Campus de Frederico Westphalen em parceria com a OAB, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo, como método de procedimento o monográfico, como método de pesquisa utilizou-se a bibliográfica, e para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, a partir de uma amostragem. Dessa forma, baseado nos documentos de registro dos atendimentos realizados por este projeto, foi possível analisar e identificar o perfil do acusado de agressão da mulher vítima de violência doméstica da região atendida. Sendo assim, para traçar o perfil dos acusados de violência doméstica assistidos pelo referido projeto, foram coletados dados como: escolaridade, faixa etária, estado civil, presença de violência doméstica quando criança, dependência química, antecedentes de violência, situação socioeconômica e dados sobre o perfil do agressor e da violência praticada. A partir da análise dos dados coletados pode-se concluir que o acusado de agressão intrafamiliar atendido pelo projeto em 75% dos casos é o companheiro/esposo da vítima; 60% dos agressores apresentam como faixa etária entre 21 e 40 anos; 66% possuem filhos; 54% dos atendidos possuem como endereço de domicílio Frederico Westphalen; 75% não possuem antecedentes de violência; 33% presenciou algum tipo de violência doméstica quando criança; 40% possuem algum tipo de dependência química com predominância do uso de álcool; 90% trabalham, tendo como profissões predominantes os da área de construção civil, a agricultura e serviços gerais; em 33% dos casos o tempo de convivência entre vítima e agressor varia entre 1 e 5 anos; 67% apresentam renda entre 1 e 2 salários mínimos; e na maioria

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada (URI) e; pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs), e-mail: flisbinski@gmail.com.

² Mestre em Direitos Fundamentais pela UNOESC. Professor do curso de Direito da Universidade Regional Integrada – URI – câmpus de Frederico Westphalen e Vice-coordenador do Projeto Integrado de Atendimento às Famílias Vítimas de Violência Doméstica e Intrafamiliar, e-mail: pablok@uri.edu.br.

dos casos o acusado de agressão praticou mais de um tipo de violência, prevalecendo a verbal, a psicológica e a física. Sendo assim, quanto menor a escolaridade, menor é a renda familiar e maior é a presença da violência doméstica e quanto maior o tempo de convivência, maior é a dificuldade da vítima em denunciar o agressor.

Palavras-chave: Violência Intrafamiliar – Perfil do Agressor – Lei Maria da Penha – Violência contra Mulheres – Análise Documental.

DANO MORAL: ABANDONO AFETIVO INVERSO

Jessica Luana de Lima Goulart¹

Patricia Luzia Stieven²

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema o Dano Moral, tendo como objetivo verificar se há indenização por danos morais pelo abandono afetivo do idoso, trazendo à tona inicialmente a conceituação do dano moral, sua natureza jurídica, suas formas de reparação e sua fixação, como o dano moral é caracterizado e a quem lhe é devido. Em segundo plano, foi estudado o idoso, suas características e definições, discorrendo sobre o princípio da dignidade humana e os direitos humanos, inclusive sendo analisado o Estatuto do Idoso, para que foi criado e seus efeitos com ênfase nos direitos e garantias das pessoas idosas, juntamente com a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Código Civil Brasileiro de 2002. No terceiro e último capítulo, tratou-se sobre a responsabilidade civil e seus elementos, quando ela surge e quais os pressupostos necessários para que ela seja caracterizada e ocorra o dever de reparar; em relação aos ascendentes idosos, quais são os direitos e deveres dos filhos em relação aos pais idosos, abordando sobre a obrigação da família de assegurar ao idoso o direito de amparo, cuidado, carinho, afeto, direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito, conforme demonstrado nas Leis e jurisprudências; a relação do dano moral para com o idoso e se a ele é cabível; se tratando de abandono afetivo, de que forma ele é caracterizado, quando cabe a indenização e como os tribunais julgam sobre o tema. Após todo o estudo, verificou-se que o abandono afetivo em si, não caracteriza o dano moral, pois não há como obrigar alguém amar a outra pessoa, porém, o dano fica configurado diante do descumprimento do dever jurídico de adequado amparo material, quando se verifica o ato ilícito, onde o dever de cuidado vale tanto para os pais em relação aos filhos, quanto aos filhos em relação aos pais. Ademais, já há lugares que existem leis que obrigam os filhos a visitarem os pais, sob pena de multa, podendo até ocorrer prisão, com é o caso da China. Aqui no Brasil, está tramitando o projeto de Lei 4.294/2008, para que sejam alterados os artigos 1.632 do Código Civil e art. 3º do Estatuto do Idoso, prevendo a indenização em casos de abandono afetivo inverso por sua família, e o projeto do Senado, nº 700/2007, que já se encontra aprovado pela Comissão de Constituição, onde qualifica o abandono afetivo como falta grave ao dever de cuidar e, além de constituir ato ilícito civilmente, também se caracteriza ilícito penal.

Palavras-chave: Idoso. Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil. Dano Moral.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Elio Luiz Duarte Pacheco¹

Sergio Manoel Vieira²

A lei 11.101/2005 que trata da “Recuperação Judicial de Empresas, traz enumeras inovações no mundo comercial. A nova lei buscou dar mais proteção às empresas ou aos empresários em situação momentânea de dificuldade. As mudanças na economia, à evolução tecnológica, o aumento da competitividade, são alguns dos fatores que levam as empresas buscarem a proteção da lei. Preservar a atividade econômica é um dos princípios norteadores da nova lei, que através deste instituto preserva-se também o emprego, a geração de renda, o direito dos credores e aos olhos do governo, a manutenção dos tributos. A fim de evidenciar a importância da nova lei aos olhos do legislador, procurou-se demonstrar as várias fases deste processo. Primeiro uma abordagem de todo processo histórico que culminou com a nova lei, posteriormente foi dado ênfase as várias fases, principalmente do processo de recuperação judicial, não sendo objeto de estudo os demais assuntos como: pedido de falência da empresa, e a própria recuperação extrajudicial. O método de estudo do referido trabalho foi através de pesquisas bibliográficas entre vários autores, buscou-se entender a complexidade da nova lei e sua real efetividade, se a edição do novo texto legal vem cumprindo sua finalidade, se o objetivo principal proposto pelo legislador está sendo cumprido, pois a cada ano, segundo dados do SERASA Experian, Órgão de Registro e de Pesquisa ao Crédito, tem aumentado os pedidos de Recuperação Judicial de Empresas, não sendo possível neste dado momento informar se todos esses pedidos e consequente aprovação tem sido benéfico a sociedade, pois pelo princípio da proteção pode estar se criando uma indústria de recuperação, onde no futuro trará grandes prejuízos a sociedade.

Palavra-chave: Recuperação Judicial de Empresas. Administrador Judicial. Direito Empresarial.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DA RENÚNCIA POR PARTE DA VÍTIMA QUANTO A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

*Marieli Dalla Lana*¹

*Pablo Henrique Coavilla Kuhnen*²

O presente trabalho de conclusão de curso encontra-se inserido na linha de pesquisa: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Possui como tema de abordagem a Violência doméstica: Uma análise da renúncia por parte da vítima quanto à representação criminal, uma vez que há necessidade em estudar os principais fatores sociais que levam as vítimas de violência doméstica a renunciar o seu direito de representação criminal contra o agressor, detentor de violências que a faz vítima. O aludido trabalho abrange ao longo da sua contextualização, os aspectos históricos da violência doméstica, sendo abordados os principais fatores relevantes sobre a violência doméstica desde as premissas históricas até o posicionamento constitucional, elencando todas as formas de violência doméstica existentes e as previsões trazidas na legislação vigente, sendo explorados de igual forma, fatores sociais capazes de influenciar a decisão da vítima em representar criminalmente ou não contra o agressor. Tal circunstância objetiva resolver a seguinte problemática: Quais as razões sociais que levam as vítimas a renunciar ao prosseguimento do processo criminal? Isto posto, no intuito de trazer a solução para tal problemática, utilizou-se do método de abordagem dedutivo e no método de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Foi constatado, portanto, através da pesquisa de campo realizada no Escritório de Prática Jurídica da URI/FW, que as vítimas de violência doméstica abrangidas pela Comarca de Frederico Westphalen – RS estão envolvidas em determinados fatores sociais que as impedem de dar prosseguimento ao processo criminal contra o seu agressor, concluindo-se que toda vítima de violência doméstica que renuncia o seu direito de representação criminal previsto no Código Penal Brasileiro e na Lei nº 11.340/2006 popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, possui motivos considerados relevantes e justificáveis por elas, fazendo com que as mesmas assim decidam pela renúncia.

Palavras-chave: Violência doméstica. Renúncia. Fatores sociais influenciadores.

¹ Acadêmica do X semestre do curso de Direito, URI/FW.

² Mestre em Direitos Fundamentais pela Unoesc. Professor do curso de Direito URI/FW. Advogado.

UM ESTUDO SOBRE O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NACIONAL E TRANSNACIONAL À LUZ DA LEI Nº 12.850/2013

Guilherme Antônio de Oliveira¹

Tiago Galli²

O crime organizado é o tema central deste trabalho monográfico respaldado pela pesquisa bibliográfica. Entender suas características, principais atividades, principais organizações e analisar se a Lei nº 12.850/2013 consegue tratar com eficiência as características, principais atividades e explicar como se apresentam as principais organizações criminosas e os meios de combate às mesmas. Compreender como é definida uma Organização Criminosa em nível nacional e transnacional. No atual contexto social, tanto nacional como internacionalmente é muito importante entender e analisar o crime organizado, devido à influência e as consequências de suas ações em vários meios (políticos, econômicos, sociais e culturais) e países. Percebe-se pela imprensa escrita, falada e digital que o crime organizado atua desconsiderando as leis ficando muitas vezes impune perante a sociedade civil que desconhece a legislação e os estudos sobre o tema ora abordado. Em recente busca bibliográfica notou-se a escassez de estudos sobre crime organizado. Também se faz necessário, diante do cotidiano de acontecimentos, a abordagem acadêmica no Curso de Direito desta Instituição o estudo sobre o crime organizado a fim de esclarecer a comunidade acadêmica sobre a importância do assunto. Este trabalho busca o aprofundamento desta problemática nacional e transnacional aprimorando a pesquisa a fim de que outros acadêmicos contribuam em trabalhos posteriores colaborando no entendimento, nas indagações feitas e no conhecimento da Lei nº 12.850/2013 e que conclui que o crime organizado atua em grande parte das esferas públicas e privadas e que a efetividade da referida Lei ainda é prematura.

Palavras-chave: Crime organizado. Nacional e Transnacional.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DA RENÚNCIA POR PARTE DA VÍTIMA QUANTO A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

Marieli Dalla Lana¹

Pablo Henrique Coavilla Kuhnen²

O presente trabalho de conclusão de curso encontra-se inserido na linha de pesquisa: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Possui como tema de abordagem a Violência doméstica: Uma análise da renúncia por parte da vítima quanto à representação criminal, uma vez que há necessidade em estudar os principais fatores sociais que levam as vítimas de violência doméstica a renunciar o seu direito de representação criminal contra o agressor, detentor de violências que a faz vítima. O aludido trabalho abrange ao longo da sua contextualização, os aspectos históricos da violência doméstica, sendo abordados os principais fatores relevantes sobre a violência doméstica desde as premissas históricas até o posicionamento constitucional, elencando todas as formas de violência doméstica existentes e as previsões trazidas na legislação vigente, sendo explorados de igual forma, fatores sociais capazes de influenciar a decisão da vítima em representar criminalmente ou não contra o agressor. Tal circunstância objetiva resolver a seguinte problemática: Quais as razões sociais que levam as vítimas a renunciar ao prosseguimento do processo criminal? Isto posto, no intuito de trazer a solução para tal problemática, utilizou-se do método de abordagem dedutivo e no método de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Foi constatado, portanto, através da pesquisa de campo realizada no Escritório de Prática Jurídica da URI/FW, que as vítimas de violência doméstica abrangidas pela Comarca de Frederico Westphalen – RS estão envolvidas em determinados fatores sociais que as impedem de dar prosseguimento ao processo criminal contra o seu agressor, concluindo-se que toda vítima de violência doméstica que renuncia o seu direito de representação criminal previsto no Código Penal Brasileiro e na Lei nº 11.340/2006 popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, possui motivos considerados relevantes e justificáveis por elas, fazendo com que as mesmas assim decidam pela renúncia.

Palavras-chave: Violência doméstica. Renúncia. Fatores sociais influenciadores.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

A DUPLA PATERNIDADE PARA FINS DE REGISTRO CIVIL

Luciana Girardello¹

Maurício Zandoná²

A ideia acerca da proposta deste trabalho surgiu a partir da constatação de que o conceito de família vinha sofrendo muito, por causa das mudanças da sociedade. Trata-se de um trabalho que busca mostrar a importância da figura do pai biológico e afetivo, criando uma figura protetiva para os filhos. A sociedade é estabelecida pela convivência diária, por aquele que educa, ensina, dá amor, ou seja, o pai de criação. A dupla paternidade é uma questão de grande importância dentro do Âmbito Jurídico, tanto no Direito Civil quanto no Direito Constitucional. O Supremo Tribunal Federal (STF) passou a pacificar o reconhecimento do pai biológico perante o pai socioafetivo. Dentro do Direito Civil, este tema vem tendo grande relevância, uma vez que a família contemporânea mudou muito a sua forma de organização e união, deixando de ser aquela família patriarcal formada por pai, mãe e filho desta união. Devido a tantas mudanças a Constituição Federal de 1988 busca adequar o instituto jurídico a essa evolução social. O STF se posiciona mostrando que é possível a dupla paternidade e possível hierarquizar as relações de afeto pelo fato de que elas podem ser tão ou mais fortes que os vínculos biológicos. Aqui se cria uma proteção ao interesse do filho, se este desejar optar pela dupla paternidade, mesmo sendo ele já registrado pelo pai biológico. O reconhecimento da dupla paternidade no Âmbito Jurídico não será tirada do pai biológico as suas obrigações legais com o filho, devendo ser preservados os seus direitos, tais como: nome, a prestação alimentar e herança. Ambos os pais terão obrigações com filho. Colocando uma igualdade entre o pai biológico e afetivo, cria-se uma proteção maior aos filhos, sendo que todos os pais, sem a importância do número, terão que assumir suas responsabilidades decorrentes da paternidade. Ou seja, não importa a origem dos pais, eles terão suas obrigações com os filhos.

Palavras-chave: Filiação; Paternidade Socioafetiva; Paternidade Biológica; Registro Civil.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

PSICOPATIA E IMPUTABILIDADE PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Rozemeri Santos Barbosa¹

Jean Mauro Menuzzi.²

O presente trabalho tem como tema geral a imputabilidade penal, com enfoque sobre a forma que o psicopata é tratado em nosso ordenamento jurídico. O objetivo principal consiste em analisar como o sistema jurídico brasileiro trata os portadores de personalidade psicopata. Ainda, analisaremos a imputabilidade penal de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, sendo verificado as características e como ocorre o diagnóstico da psicopatia. Para tanto, no primeiro capítulo buscou-se compreender os conceitos e elementos do crime, da imputabilidade penal e da responsabilidade penal especificamente no que concerne a imputabilidade penal de acordo a lei brasileira, bem como, seus critérios de avaliação. Também se analisou a semi-imputabilidade e as excludentes da imputabilidade. Já no segundo capítulo, analisou-se a psicopatia, seu diagnóstico, características e como funciona o cérebro de um psicopata. No último capítulo, passou-se a analisar como o sistema jurídico brasileiro trata os psicopatas. Utilizou-se para isso, o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. Salienta-se que o tema estudado é de extrema relevância para a sociedade, pois, esse processo traz impactos diante da necessidade de encontrar uma forma de punição e prevenção que não lese os direitos da personalidade nem a dignidade da pessoa humana do psicopata. Esse estudo é relevante pois esclarece diversos pontos acerca da psicopatia e do direito analisando os efeitos na sociedade e no direito penal. Por fim, há de se considerar que há grande divergência sobre o tratamento jurídico que deve ser dado aos psicopatas, sendo muito importante a realização do exame pericial para se verificar se no momento da realização da conduta ele possuía capacidade para entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com este entendimento. Caso se verifique que ele não possuía esta capacidade será considerado inimputável, deverá ser absolvido e receberá uma medida de segurança, para os imputáveis é aplicado uma pena, caso a pessoa seja considerada semi-imputável poderá receber uma medida de segurança ou uma pena reduzida de um a dois terços. Ao se analisar como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem considerado os portadores deste transtorno de personalidade verificou-se casos de psicopatas cumprindo pena, sendo, na prática considerados como imputáveis e semi-imputáveis.

Palavras-chave: Psicopatia; Imputabilidade; Responsabilidade penal; Psicopata.

¹ Aluna da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

² Professor de direito penal da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

A FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES E A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Joseane Lesczinski Parcianello.¹

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes²

O presente trabalho monográfico está inserido na linha de pesquisa intitulada como Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Possui como delimitação do tema a facilitação da defesa dos direitos do consumidor e a inversão do ônus da prova. Em tal perspectiva, tem como objetivo estudar as definições dos sujeitos da relação de consumo, bem como apontar os princípios e direitos básicos do consumidor, realizando uma análise sobre a prova como instrumento a ser utilizado pelos sujeitos tanto no Direito Civil como no Código de Defesa do Consumidor, abordando suas principais características e diferenciações, principalmente no tocante a inversão do ônus da prova, investigando os direitos fundamentais de facilitação da defesa dos consumidores com a inversão do ônus da prova e seus princípios norteadores, especialmente, no que se refere às relações de consumo. Trazendo como questão norteadora: A inversão do ônus da prova dentro das regras do Direito do Consumidor serve efetivamente como um instrumento de facilitação para a defesa dos direitos dos consumidores considerados hipossuficientes? Dessa forma, utilizou-se de uma metodologia baseada no método dedutivo, desenvolvida através do método monográfico de procedimento, por meio de uma pesquisa bibliográfica, explicativa e qualitativa. O qual traz como resultado que a inversão do ônus da prova no direito do consumidor apresenta-se como um instrumento que proporciona efetivamente a facilitação para a defesa dos consumidores considerados hipossuficientes nas relações de consumo, ao passo que proporciona maior igualdade de condições ao consumidor na relação de consumo. Aonde o Código de Defesa do Consumidor é um importante respaldo legal para as pessoas consideradas hipossuficientes, sendo está uma forma de garantir o acesso à justiça para o consumidor, que é parte mais fraca nesta relação, em que foi criado para proteger as necessidades dos indivíduos na sociedade, tutelando a vulnerabilidade do consumidor, visando à garantia dos direitos e por vias garantir equilíbrio e igualdade entre tantas diferenças que possam existir.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Parte hipossuficiente. Inversão. Ônus da prova.

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

² Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOAVEL DURAÇÃO DO PROCESSO: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO SEU DESCUMPRIMENTO

Jean Carlos Barbieri

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

O presente trabalho enfatiza um estudo sobre a Responsabilidade Civil do Estado pelo descumprimento do Direito fundamental à razoável duração do processo, com base no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o direito a duração razoável do processo dispositivo de lei que foi inserido na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, visando tornar uma prestação jurisdicional mais célere. O acesso à justiça como direito fundamental estudado como o mais básico dos direitos humanos, assim assegurando a todos o direito e garantias de um processo. Demonstra também o tempo médio de um processo com base do Conselho Nacional de Justiça por meio da Justiça em Números. Conclui que para configurar a responsabilidade do Estado deve ocorrer uma relação entre a causalidade do agente e o dano sofrido pelo particular, com base no artigo 37§6º da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade do Estado é objetiva. Deste modo, fica possível a responsabilidade do Estado pelo descumprimento Constitucional devendo reparar e indenizar os lesados pelo tempo excessivo da atividade jurisdicional possui jurisprudência em que o Estado foi condenado a indenizar a parte lesada pela morosidade e por não assegurar o direito fundamental da duração razoável do processo. Para realização do mesmo buscou-se analisar o princípio do acesso à justiça, verificar quanto à violação ao princípio da duração razoável do processo, investigar a aplicabilidade do princípio da celeridade, avaliar a possibilidade de responsabilização civil do Estado pelo retardamento injustificado e moroso do processo, utilizou-se o método de abordagem o dedutivo, procedimento o monográfico e método de pesquisa indireta, bibliográfica.

Palavras-chave: Responsabilidade, Estado, Duração, Razoável, Emenda.

ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: A DIMENSÃO DA CRIAÇÃO LEGISLATIVA

Roberto Ballin Faotto¹

Gustavo Buzatto²

O presente estudo está amoldado à linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o Ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal sob o prisma da criação legislativa, haja vista ser um tema que merece muita atenção no âmbito jurídico brasileiro pelo fato de um novo momento vivido pelo Supremo Tribunal Federal, o qual enfrenta um dilema frente às constantes crises institucionais e inércia dos demais poderes de Estado, qual seja, o Legislativo e o Executivo. Contudo, ao enfrentar questões de larga repercussão social e na intenção de impor efetividade as normas e princípios constitucionais, acaba supostamente evadindo-se dos seus limites jurisdicionais, criando com isso novas hipóteses legislativas. Para tanto, o trabalho tem como problema principal averiguar se a atuação do Supremo Tribunal Federal pode ou não enquadrar-se na dimensão da criação legislativa do ativismo judicial ponderada pela doutrina que debruça-se sobre o tema. Nesse sentido utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e análise de relevantes julgados com objetivo de responder o questionamento proposto de maneira satisfatória. Contudo, em face de conclusão foi obtido como resultado que o Supremo Tribunal Federal em sua atuação acaba por julgar criativamente, confirmando de forma clara e inequívoca o problema proposto pelo presente trabalho monográfico de maneira que, por vezes ultrapassa os limites de sua jurisdição criando novas hipóteses legislativas.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Garantias Fundamentais. Criação Legislativa. Separação dos Poderes. Supremo Tribunal Federal.

¹ Bombeiro Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Graduando do X semestre do curso de Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Frederico Westphalen-RS.

² Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Frederico Westphalen-RS (2004-2008). Pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus (2013-2015). Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Frederico Westphalen-RS (2016-2017). Mestre em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2015-2017). Advogado inscrito na OAB/RS nº 76.562. Professor na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Frederico Westphalen-RS. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

O CONFLITO ENTRE O DIREITO À VIDA DO NASCITURO E A LIBERDADE DA MULHER EM DISPOR SOBRE O PRÓPRIO CORPO

Emilhana Acadroli¹

Patricia Luzia Stieven²

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o conflito entre a liberdade corporal e de escolha da mulher em face do direito à vida de um ser que ainda não nasceu, visto que ambas as normas constitucionais são referentes a direitos fundamentais dos indivíduos e possuem hierarquia totalmente equivalente. Para tanto o presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo acerca das hipóteses de solução dos conflitos entre normas constitucionais, averiguando especificamente cada um dos direitos colidentes e, por fim, apresentar métodos que possam ser aplicáveis ao caso, observando as questões que envolvem os princípios da dignidade da pessoa humana, bem como dos direitos humanos, visando preservar ao máximo a essência dos direitos aqui envolvidos, analisando-se as técnicas de solução com base em casos exemplificativos do mundo contemporâneo. Para a realização da pesquisa utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta – bibliográfica como técnica de pesquisa. O presente trabalho tem como problemática principal a seguinte questão: Até que ponto prevalece o direito da mulher a gerir o próprio corpo diante do direito à potencialidade de vida do nascituro? Nesse sentido utiliza-se a técnica da ponderação, a qual foi desenvolvida por renomados doutrinadores e aplicada nos diversos julgados do país, inclusive nas Cortes Superiores. Diante do estudo abordado, chega-se ao diagnóstico de que a vida é o bem maior de qualquer indivíduo, devendo ser assegurada a todos, sem qualquer distinção, dentro dos limites do princípio da dignidade da pessoa humana, analisando-se em cada caso concreto a norma prevalecente.

Palavras-chave: Direito à Vida. Nascituro. Direito ao próprio corpo. Autonomia da vontade.

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Das Missões, campus de Frederico Westphalen –RS. IX Semestre.

² Professora Mestra do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Frederico Westphalen.

A presente edição foi composta pela URI, em caracteres Arial, e-book, formato PDF, em março de 2019.